

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
PROCESSO Nº 028/2026
- REGISTRO DE PREÇOS -**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO/RS – CI/CENTRO (ÓRGÃO GERENCIADOR), neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ivori Antonio Guasso Junior, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM/LOTE** visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura contratação, com fornecimento parcelado do objeto abaixo indicado para os municípios de: **Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Unistalda (ÓRGÃOS PARTICIPANTES)** desta licitação, observadas as condições do edital que rege este pregão, das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos nº 10.024/2019 e 11.462/2023, Lei nº 11.107/2005, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 8.078/1990.

PREÂMBULO

Local: a sessão pública será realizada no site www.bllcompras.org.br “Acesso Identificado”

Data e Hora: dia **06 de março de 2026, com início às 08 h 30 min, horário de Brasília (DF).**

Cadastramento das propostas: Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que se credenciarem e apresentarem propostas através do site descrito acima, **até o dia 05 março de 2026 às 23 h 59 min.**

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO;

**Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

***Formalização de consultas, questionamentos, esclarecimentos deverão ser realizados **EXCLUSIVAMENTE** via Plataforma **BLL Compras**.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto **O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES NOVOS E DE 1ª LINHA**, para os municípios participantes, de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme tabela especificada no **ANEXO I - Termo de Referência**.

1.2 Os produtos ofertados na licitação devem estar em conformidade com as normas e padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR), do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

2 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no país, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, **Sistema Eletrônico BLL COMPRAS**.

2.1.1 O licitante deverá providenciar o seu credenciamento, através do site www.blcompras.org.br, com atribuição de chave e senha, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para sua correta utilização.

2.1.2 A análise das propostas se dará a partir das 08h30min do dia agendado para iniciar a abertura da sessão de disputa terá início assim que concluída a fase de classificação das mesmas, sem horário prévio.

2.2 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

2.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate conforme Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

2.4 A este processo não será aplicado o critério de exclusividade de contratação, pois não foram localizados o mínimo de 3 (três) fornecedores sediados local ou regionalmente capazes de atender ao objeto solicitado, de acordo com a exceção prevista no inciso III, do Art. 49 da Lei Complementar nº 123/06.

2.5 É de responsabilidade do licitante, credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cadastrando todas as informações necessárias referentes à empresa e ao representante legal, e de cumprir as regras do presente edital:

2.5.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.5.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.5.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.5.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3 DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.blcompras.org.br.

3.2 O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.3 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.4 É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame cumprir as regras do presente edital.

3.5 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta financeira, mencionando o **nº do item, descrição do produto ofertado, marca/fabricante, unidade de fornecimento, quantidade, preço unitário e total para o item objeto desta licitação**, dentro do período previsto no preâmbulo deste edital. Os preços ofertados serão tidos como suficientes para comportar todas as despesas e lucros que a empresa terá para entregar o objeto ofertado.

4.2 Nos valores constantes nas propostas já deverão estar inclusos nos preços de cada produto ou grupo de produtos, **OBRIGATORIAMENTE**, taxas, impostos, fretes e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no cálculo do valor/proposta dos itens objeto da licitação.

4.3 Na fase de cadastramento das **PROPOSTAS DO PROCESSO** é vedada a identificação da empresa (CNPJ, razão social, nome fantasia, entre outros) na plataforma da BLL. Deverão apresentar apenas a marca/modelo e valor do item, sob pena de desclassificação do certame, caso haja a inserção de quaisquer informações que permitam a identificação do licitante.

4.4 O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, assim como consta no **Art. 26, § 4º do Decreto 10.024/2019**.

4.4.1 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, bem como anexar estas declarações, exigidas neste instrumento, na plataforma onde será processada a presente licitação, sendo que a falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções legais.

4.5 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7 Poderão ser admitidos, pelo(a) Pregoeiro(a), erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

4.8 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4.9 A indicação do valor deverá ser em moeda corrente nacional, por item, com o máximo de 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

4.10 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

4.11 Somente serão aceitos documentos anexados **EXCLUSIVAMENTE** na plataforma eletrônica.

5 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1 A partir do horário previsto no edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

5.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.3 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.5 Fica a critério do(a) Pregoeiro(a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

5.6 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

5.7 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

5.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem via plataforma, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos e, após isso, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

5.11 O sistema, então, abrirá a oportunidade para que o autor de oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

5.12 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.11, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

5.13 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.11 e 5.12, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

5.14 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 5.11 e 5.12, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 5.13.

5.15 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 5.14.

5.16 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.17 Se algum licitante ofertar lance que esteja em desacordo com a licitação (preços inexequíveis ou excessivos), poderá tê-lo cancelado pelo(a) Pregoeiro(a) através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e o motivo da exclusão através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo(a) Pregoeiro(a).

5.18 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

5.19 Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, o(a) Pregoeiro(a) aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP. Após o desempate, poderá o(a) Pregoeiro(a) ainda negociar um melhor preço.

5.20 E, finalizada etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro poderá encaminhar negociação, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

5.21 Terminada a sessão, o sistema automaticamente rejeitará qualquer tentativa de envio de lances.

5.22 Eventuais solicitações de cancelamentos/desclassificações nos lances deverão ser solicitadas EXCLUSIVAMENTE no chat da sessão na plataforma eletrônica.

5.22.1 Os pedidos apresentados ao(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio serão analisados e, em havendo justificativa fundamentada, serão aceitos.

5.22.2 Não serão consideradas mensagens/solicitações enviadas por telefone, por e-mail ou qualquer outro meio, que não pela plataforma eletrônica.

6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM/LOTE**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2 Em atendimento ao disposto no capítulo V da Lei Complementar nº 123/06, serão observados os seguintes procedimentos:

6.2.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no **subitem anterior**, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.2.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 6.2.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

6.3 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.4 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

7 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA

7.1 Todas as empresas participantes do Pregão deverão apresentar os seguintes documentos comprobatórios para fins de habilitação, via plataforma, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, sob pena de inabilitação da licitante no certame.

7.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- c) Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.2 Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.

7.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data da emissão do mesmo.
- b) Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP, se for o caso, de acordo com o **ANEXO III**.
- c) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - c.1) O Balanço Patrimonial deve conter também o **termo de abertura e encerramento do livro diário registrado na Junta Comercial** do respectivo estado, OU documento SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, **com o termo de abertura e encerramento, comprovante de envio e balanço**.

7.1.4 Declarações, conforme **ANEXO II**, assinada por representante legal da proponente, de que:

a) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, **conforme disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da CF/88.**

b) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

c) **Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.**

7.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: - *Analísada pela Comissão Técnica de Pneus*

a) Registro do objeto disponibilizado no INMETRO, que autoriza a comercialização de um produto ou serviço e a utilização do selo de identificação da conformidade. A concessão do registro é condicionada à existência do Atestado de Conformidade, para todos os itens que possuem o documento; (<https://registro.inmetro.gov.br/consulta>);

a.1) Caso algum produto não possuir obrigatoriedade, de apresentação dos documentos citados, assim como os de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas, o licitante deverá apresentar comprovação de sua isenção/declaração, igualmente identificado, sob pena de desclassificação do item.

b) Junto ao(s) Registro(s) do INMETRO, as licitantes devem anexar, os catálogos técnicos ou folders do(s) produto(s) ofertado(s), em sua proposta, onde constem todas informações técnicas do(s) item(ns) cadastrado(s), para que, posteriormente, a Comissão Técnica de Pneus possa dar agilidade na análise técnica.

c) Selo de eficiência energética, segurança e ruído do Programa Brasileiro de Etiquetagem do INMETRO, conforme Portaria Nº 379/2021 para os itens que couber;

c.1) Os selos deverão ser identificados/numerados de acordo com o item correspondente;

d) Declaração de compromisso de coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), nos termos da Instrução Normativa IBAMA Nº 09/2021, do artigo 33, inciso III, da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA Nº 416/2009, e da legislação correlata;

e) Declaração do Fabricante e/ou Fornecedor/Distribuidor de garantia dos produtos, pelo mínimo de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para os pneus; e para as câmaras e protetores com garantia mínima de 3 (três) anos.

7.2 Todos os documentos exigidos no 7.1 deverão ser anexados na plataforma, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, item 1.3, sob pena de inabilitação da licitante no certame.

7.2.1 Lembrando que a proposta deverá estar em papel timbrado, assinada por representante legal da licitante e conter as seguintes informações: nº do item, descrição do item, unidade, quantidade estimada, marca/modelo, apresentação, R\$/unidade e R\$/total estimado (com no máximo duas casas após a vírgula), conforme **ANEXO IV.**

7.3 Encerrada a fase de análise de habilitação e classificação de propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, bem como dos documentos técnicos analisados pela Comissão Técnica em Saúde, o(a) Pregoeiro(a) solicitará, via chat, a PROPOSTA FINAL ATUALIZADA às licitantes, onde a mesma deverá ser anexada na plataforma, conforme ANEXO IV, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

7.3.1 A Proposta de Preços Atualizada, deverá conter todos os itens, os valores oferecidos após a etapa de lances, a marca e a apresentação das embalagens, para todos os itens em que a empresa foi declarada vencedora após a habilitação, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a Razão Social, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), endereço completo, número de telefone, e-mail e número de agência e conta bancária, conforme **ANEXO IV**.

7.3.1.1 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega, tais como taxas, impostos, fretes, entre outros que possam vir a compor o preço de custo do item.

7.3.2 O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

7.4 Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser conferido pelo(a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, junto aos órgãos oficiais/responsáveis. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

7.5 O(A) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar às licitantes, a qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

7.6 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

7.7 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço, referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

7.8 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para a realização da sessão pública.

7.9 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da

documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.10 A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação (inabilitação), sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.11 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço unitário por item.

8 DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

8.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou fora da plataforma da BLL, www.bllcompras.org.br.

8.3 O(A) Pregoeiro(a) emitirá sua decisão no prazo de 2 (dois) dias úteis, procedendo aos encaminhamentos necessários.

8.4 Ao final da sessão, declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, será concedido o prazo aproximado de 30 minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

8.4.1 O proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a) poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntarem memoriais no prazo de 3 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

8.5 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

8.6 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

8.7 Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.

8.8 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9 As impugnações, esclarecimentos e os recursos deverão ser manifestados na plataforma BLL www.bllcompras.org.br. Enviados em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal.

8.9.1 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.circ.rs.gov.br e www.bllcompras.org.br.

9 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante que ofertar o menor preço unitário por item, após a análise do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, junto a Comissão Técnica, será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3 Quando não houver recurso, caberá ao Pregoeiro(a) deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão. E, quando houver recurso, a adjudicação do objeto será realizada pela autoridade competente.

9.4 A homologação será realizada pela autoridade competente.

10 DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Esgotados todos os prazos recursais, o Consórcio convocará a empresa detentora da melhor proposta ou lance para assinar a Ata de Registro de Preços, preferencialmente de forma digital, e deverá ser assinada no prazo máximo de **até 48 (quarenta e oito) horas**.

10.1.1 A empresa que tiver certificação digital poderá assinar as Ata digitalmente, e remeter ao Consórcio pelo e-mail pregaoeletronico@circ.rs.gov.br.

10.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, ensejará na abertura de um Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, visando a possível aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado.

11 DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1 A solicitação dos produtos será realizada **conforme necessidade de cada município** participante, observadas as quantidades de apresentações.

11.1.1 **As entregas ocorrerão de maneira parcelada diretamente em cada município solicitante**, mediante agendamento prévio através dos telefones dos municípios que solicitaram o produto, no local especificado pelos mesmos.

11.1.2 A entrega do objeto deverá ocorrer no **prazo máximo de até 15 (quinze) corridos contados do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da ordem de compra/empenho**, mediante agendamento prévio do município solicitante.

11.2 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

11.3 Junto dos produtos, deverão ser entregues os laudos técnicos de controle de qualidade do fabricante, para os itens que couber, bem como a declaração de compromisso de coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), nos termos da legislação vigente;

11.4 Poderão ocorrer pedidos com entregas parceladas conforme a necessidade dos municípios.

11.5 O local de entrega será especificado no instrumento contratual ou ordem de compra/empenho encaminhada por município participante do processo licitatório, ficando expressamente proibida a entrega em local diverso ao especificado.

11.6 Correrá por conta do fornecedor qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

11.7 As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

11.8 Os produtos deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado ao setor competente para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(is).

11.9 A não substituição do produto em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa, conforme prevê o item 14 deste instrumento.

11.10 Os custos para que sejam substituídos os produtos rejeitados correrão exclusivamente às expensas do fornecedor.

11.11 O recebimento dos produtos será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do pregão.

11.12 **O prazo de garantia dos produtos, deverá ser de pelo mínimo de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para os pneus; e para as câmaras e protetores com garantia mínima de 3 (três) anos, no momento da data de entrega (Nota Fiscal).**

11.13 Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará a troca imediata, parcial ou total, do produto entregue que não tenha qualidade, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis

11.14 A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento dos produtos, só será efetuado quando o fornecedor realizar a entrega total dos itens relacionados na nota de empenho.

12.2 O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias consecutivos**, contados da data da liberação da nota fiscal para os municípios, desde que seja realizada a entrega total da nota de empenho.

13 DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1 O recebimento, bem como a fiscalização dos produtos será efetuado por servidor(es) designado(s) pelo município solicitante. Se verificada desconformidade dos mesmos em relação às especificações exigidas anteriormente no edital, a licitante vencedora, por determinação do município, deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas o fornecedor sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos, observados os princípios da ampla defesa e contraditório, em regular processo administrativo sob responsabilidade do município solicitante (adquirente dos produtos), através de sua comissão competente:

I) Multas administrativas, após regular processo administrativo (movido pelo município e/ou Consórcio), a critério dos mesmos:

a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;

b) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;

c) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

II) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, após regular processo administrativo:

a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 3 (três) meses;

b) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: até 2 (dois) anos.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

14.2 As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

14.3 Da abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

14.4 Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação.

15 DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

15.1 À EMPRESA VENCEDORA caberá:

15.1.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Consórcio;

15.1.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Consórcio;

15.1.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à obra, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e assumir ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.

15.1.4 A empresa vencedora, deverá observar as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e demais legislações, para fins de retenção de imposto de renda.

15.2 A inadimplência da EMPRESA VENCEDORA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao Consórcio, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a EMPRESA VENCEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Consórcio.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Consórcio poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

16.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.3 É facultado o(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo e local determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7 A resposta aos pedidos de impugnações, de informações técnicas ou administrativas, de esclarecimentos ou de recursos será efetuada pela plataforma e será publicada no site da instituição. Entretanto, constatando-se a necessidade de efetuar alterações nas condições fixadas no procedimento licitatório, a mesma será divulgada a todos os interessados pelos sites www.circ.rs.gov.br e/ou www.bllcompras.org.br.

16.8 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a), nos termos da legislação pertinente.

16.9 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

16.10 Não cabe à BLL qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

16.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Santa Maria/RS.

16.12 A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa detentora da melhor proposta ou lance fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

16.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

Compõem este Edital os Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Santa Maria/RS, 13 de fevereiro de 2026.

IVORI ANTONIO GUASSO JUNIOR
Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1 DO OBJETO**

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES NOVOS E DE 1ª LINHA, para os municípios participantes, de acordo com a descrição dos itens e com os quantitativos estimados durante o prazo de validade da ata de registro de preços, com as características descritas abaixo:

Câmara de Ar, novas, de 1ª linha, confeccionadas em material borracha e resiste ao calor excessivo.

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
1	Câmara de ar ARO 8, válvula emborrachada, aplicação carrinho de mão.	Unidade	55	R\$ 15,56	R\$ 855,80
2	Câmara de ar ARO 13, válvula emborrachada.	Unidade	167	R\$ 32,75	R\$ 5.469,25
3	Câmara de ar ARO 14, válvula emborrachada.	Unidade	302	R\$ 35,80	R\$ 10.811,60
4	Câmara de ar 185/70 R14, válvula emborrachada.	Unidade	65	R\$ 42,50	R\$ 2.762,50
5	Câmara de ar ARO 15, válvula emborrachada.	Unidade	272	R\$ 41,08	R\$ 11.173,76
6	Câmara de ar 7.5 L – 15, válvula agrícola.	Unidade	45	R\$ 60,92	R\$ 2.741,40
7	Câmara de ar ARO 16, válvula emborrachada.	Unidade	202	R\$ 59,73	R\$ 12.065,46
8	Câmara de ar 600 – 16, válvula agrícola.	Unidade	29	R\$ 56,66	R\$ 1.643,14
9	Câmara de ar 6.50 x 16, válvula agrícola.	Unidade	44	R\$ 44,42	R\$ 1.976,48
10	Câmara de ar 6.50 x 16, válvula curvada metálica.	Unidade	55	R\$ 57,19	R\$ 3.145,45
11	Câmara de ar 7.5 L – 16, válvula agrícola.	Unidade	39	R\$ 55,31	R\$ 2.157,22
12	Câmara de ar 7.50 - 16, válvula reta.	Unidade	94	R\$ 73,56	R\$ 6.914,64
13	Câmara de ar 7.50 - 16, válvula curvada.	Unidade	177	R\$ 66,90	R\$ 11.841,30
14	Câmara de ar 7.50 - 16, válvula curta metálica.	Unidade	209	R\$ 82,67	R\$ 17.278,03
15	Câmara de ar 7.50 - 16, válvula longa metálica.	Unidade	377	R\$ 84,98	R\$ 32.037,46
16	Câmara de ar 900 – 16, válvula longa curva metálica.	Unidade	43	R\$ 97,25	R\$ 4.181,75
17	Câmara de ar 12 – 16.5, válvula agrícola.	Unidade	100	R\$ 108,23	R\$ 10.823,00
18	Câmara de ar 14 - 17.5 NHS, válvula agrícola.	Unidade	43	R\$ 138,99	R\$ 5.976,57
19	Câmara de ar 215/75 R17.5.	Unidade	125	R\$ 123,23	R\$ 15.403,75
20	Câmara de ar ARO 18.	Unidade	45	R\$ 68,35	R\$ 3.075,75
21	Câmara de ar 12.5/80 – 18.	Unidade	341	R\$ 123,42	R\$ 42.086,22
22	Câmara de ar 9.00 – 20, válvula longa metálica.	Unidade	89	R\$ 90,86	R\$ 8.086,54
23	Câmara de ar 1000 – 20, válvula longa metálica.	Unidade	541	R\$ 122,18	R\$ 66.099,38
24	Câmara de ar 275/80 R22.5.	Unidade	380	R\$ 156,58	R\$ 59.500,40
25	Câmara de ar 9.5 – 24, válvula agrícola.	Unidade	35	R\$ 161,84	R\$ 5.664,40
26	Câmara de ar 12.4 – 24, válvula agrícola.	Unidade	113	R\$ 138,00	R\$ 15.594,00
27	Câmara de ar 14.00 – 24, válvula agrícola (aplicação: Motoniveladora Case 845B).	Unidade	629	R\$ 192,42	R\$ 121.032,18
28	Câmara de ar 14.00 - 24, válvula curta.	Unidade	535	R\$ 174,92	R\$ 93.582,20
29	Câmara de ar 14.9 – 24, válvula agrícola (aplicação: Trator rodas tração dianteira).	Unidade	106	R\$ 206,55	R\$ 21.894,30
30	Câmara de ar 16.9 – 24, válvula agrícola (aplicação: Trator rodas tração).	Unidade	24	R\$ 297,45	R\$ 7.138,80
31	Câmara de ar 19.5 – 24.	Unidade	161	R\$ 288,35	R\$ 46.424,35
32	Câmara de ar 19.5 L – 24, válvula agrícola (aplicação:	Unidade	222	R\$ 307,23	R\$ 68.205,06

	rodas tração – Retroescavadeira).				
33	Câmara de ar 17.5 - 25, válvula longa curvada metálica (aplicação: Motoniveladora).	Unidade	468	R\$ 388,13	R\$ 181.644,84
34	Câmara de ar 17.5 - 25, válvula reta (aplicação: Motoniveladora).	Unidade	550	R\$ 265,65	R\$ 146.107,50
35	Câmara de ar 17.5 - 25, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Rolo Compactador).	Unidade	90	R\$ 275,00	R\$ 24.750,00
36	Câmara de ar 23.1 – 26, válvula agrícola.	Unidade	114	R\$ 451,82	R\$ 51.507,48
37	Câmara de ar 14.9 – 28, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Trator).	Unidade	32	R\$ 236,65	R\$ 7.572,80
38	Câmara de ar 16.9 – 28, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Trator).	Unidade	58	R\$ 326,33	R\$ 18.927,14
39	Câmara de ar 18.4 – 30, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Trator).	Unidade	89	R\$ 309,37	R\$ 27.533,93
40	Câmara de ar 23.1 – 30, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Trator).	Unidade	60	R\$ 432,90	R\$ 25.974,00
41	Câmara de ar 18.4 – 34, válvula agrícola (aplicação: rodas traseiras Trator).	Unidade	107	R\$ 324,59	R\$ 34.731,13

Pneus, novos, de 1ª linha, carcaça lonas poliéster, aço, nylon, material talão arame aço. Não serão aceitos pneus remanufaturado, remoldado e/ou recapado.

Pneus Aro 8

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
42	PNEU 3.50 – 8, para uso em carrinho de mão.	Unidade	63	R\$ 109,33	R\$ 6.887,00
43	PNEU 18 – 8.5, aplicação trator roçadeira.	Unidade	27	R\$ 369,67	R\$ 9.981,09

Pneus Aro 13

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
44	PNEU 165/70 R13, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 84, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	55	R\$ 286,11	R\$ 15.736,05
45	PNEU 175/70 R13, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 82, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	149	R\$ 291,73	R\$ 43.467,77

Pneus Aro 14

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
46	PNEU 165/70 R14, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 81, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	149	R\$ 323,51	R\$ 48.202,99
47	PNEU 165/70 R14 C, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 89/87, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	57	R\$ 452,29	R\$ 25.780,53
48	PNEU 175/65 R14, do tipo radial, para uso sem	Unidade	352	R\$ 331,19	R\$

	câmara, com índice de carga mínimo 82, índice de velocidade mínimo "T".				116.578,88
49	PNEU 175/70 R14, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 84, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	143	R\$ 288,55	R\$ 41.262,65
50	PNEU 175/70 R14, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	293	R\$ 306,87	R\$ 89.912,91
51	PNEU 175/70 R14, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "H", equivalente ao Scorpion ATR, aplicação Fiat Strada.	Unidade	310	R\$ 517,23	R\$ 160.341,30
52	PNEU 185/65 R14, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 86, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	104	R\$ 342,58	R\$ 35.628,32
53	PNEU 185/65 R14 C, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 102/100, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	87	R\$ 388,58	R\$ 33.806,46
54	PNEU 185/70 R14, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	402	R\$ 337,29	R\$ 135.590,58

Pneus Aro 15

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
55	PNEU 175/65 R15, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 84, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	108	R\$ 353,84	R\$ 38.214,72
56	PNEU 185/60 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	477	R\$ 398,10	R\$ 189.893,70
57	PNEU 185/65 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	478	R\$ 419,84	R\$ 200.683,52
58	PNEU 195/55 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 85, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	168	R\$ 417,05	R\$ 70.064,40
59	PNEU 195/60 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 88, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	325	R\$ 353,33	R\$ 114.832,25
60	PNEU 195/65 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 91, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	743	R\$ 411,63	R\$ 305.841,09
61	PNEU 205/70 R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 96, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	161	R\$ 463,62	R\$ 74.642,82
62	PNEU 225/70 R15, radial, para uso sem câmara, LT Van 8 PR, com índice de carga mínimo 112/110, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	96	R\$ 663,22	R\$ 63.669,12

63	PNEU 235/75, R15, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 104/101, índice de velocidade mínimo "Q".	Unidade	55	R\$ 785,38	R\$ 43.195,90
64	PNEU 255/75 R15, radial, tipo BORRACHUDO, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 109, índice de velocidade mínimo "S".	Unidade	33	R\$ 949,85	R\$ 31.345,05
65	PNEU 5.60-15, 10 PR	Unidade	19	R\$ 385,02	R\$ 7.315,38

Pneus Aro 16

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
66	PNEU 10.5/65 – 16, construção diagonal, uso no eixo tração 4X4, com índice de carga mínimo 1550 Kg.	Unidade	41	R\$ 728,10	R\$ 29.852,10
67	PNEU 195/55 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 87, índice de velocidade mínimo "V".	Unidade	179	R\$ 480,60	R\$ 86.027,40
68	PNEU 195/75 R16, radial, Tipo rodoviário, com no mínimo 8 PR, para uso sem câmara, para uso em RODADO DUPLO, com índice de carga mínimo 107/105.	Unidade	291	R\$ 404,71	R\$ 117.770,61
69	PNEU 195/75 R16, BORRACHUDO, com no mínimo 8 PR, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 105/107, com índice de velocidade de no mínimo "R".	Unidade	110	R\$ 429,50	R\$ 47.245,00
70	PNEU 205/55 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 91, índice de velocidade mínimo "V".	Unidade	172	R\$ 485,77	R\$ 83.552,44
71	PNEU 205/60 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo "V".	Unidade	402	R\$ 461,41	R\$ 185.486,82
72	PNEU 205/55 R16, BORRACHUDO, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo "H", equivalente Agrale Marrua.	Unidade	69	R\$ 365,90	R\$ 25.247,10
73	PNEU 205/60 R16, radial para uso MISTO, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	520	R\$ 443,24	R\$ 230.484,80
74	PNEU 205/70 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 97, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	114	R\$ 512,29	R\$ 58.401,06
75	PNEU 205/75 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 110/108, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	173	R\$ 625,62	R\$ 108.232,26
76	PNEU 205/75 R16, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 113/111, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	100	R\$ 662,18	R\$ 66.218,00
77	PNEU 215/60 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 98, índice de velocidade mínimo H.	Unidade	45	R\$ 630,57	R\$ 28.375,65
78	PNEU 215/65 R16, radial, para uso sem câmara, com	Unidade	309	R\$ 617,53	R\$

	índice de carga mínimo 102, índice de velocidade mínimo "H".				190.816,77
79	PNEU 225/65 R16 C, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 112, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	349	R\$ 624,14	R\$ 217.824,86
80	PNEU 225/70 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 115/112, índice de velocidade mínimo "Q".	Unidade	215	R\$ 590,95	R\$ 127.054,25
81	PNEU 225/75 R16, radial, tipo rodoviário, mínimo 6 PR, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 116, índice de velocidade mínimo "R", aplicação veículo MB Sprinter.	Unidade	704	R\$ 887,07	R\$ 624.497,28
82	PNEU 225/75 R16, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 112, índice de velocidade mínimo "E".	Unidade	303	R\$ 658,58	R\$ 199.549,74
83	PNEU 245/70, R16, radial, BORRACHUDO, para uso sem câmara, com profundidade de sulcos de no mínimo 14,5mm, com índice de carga mínimo 118/115, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	92	R\$ 883,42	R\$ 81.274,64
84	PNEU 255/70, R16, radial, BORRACHUDO, tipo modelo A/T, para uso sem câmara, com no mínimo 8 PR, com índice de carga mínimo 109, índice de velocidade mínimo "R".	Unidade	51	R\$ 868,91	R\$ 44.314,41
85	PNEU 265/70, R16, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 110, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	41	R\$ 688,48	R\$ 28.227,68
86	PNEU 285/75, R16, do tipo radial, mínimo 10 PR, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 126, índice de velocidade mínimo "Q".	Unidade	88	R\$ 936,77	R\$ 82.435,76
87	PNEU 6.00 – 16, EIXO LIVRE e DIRECIONAL, para uso com câmara, com no mínimo 8 PR.	Unidade	15	R\$ 420,50	R\$ 6.307,50
88	PNEU 6.50 – 16, BORRACHUDO, com no mínimo 6 PR, para uso com câmara.	Unidade	73	R\$ 559,75	R\$ 40.861,75
89	PNEU 6.50 - 16, LISO, com no mínimo 10 PR, para uso com câmara.	Unidade	59	R\$ 512,61	R\$ 30.243,99
90	PNEU 7.00 - 16, uso AGRÍCOLA, com no mínimo 12 PR, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 114.	Unidade	44	R\$ 813,16	R\$ 35.779,04
91	PNEU 7.50, R16, radial, LISO, com no mínimo 12 PR, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 122/120, índice de velocidade mínimo "L".	Unidade	69	R\$ 1.129,82	R\$ 77.957,58
92	PNEU 7.50 R16, radial, BORRACHUDO, com no mínimo 10 lonas, para uso com câmara, índice de velocidade mínimo "E".	Unidade	135	R\$ 849,11	R\$ 114.629,85
93	PNEU 7.50/16, diagonal, AGRÍCOLA, DIRECIONAL EIXO LIVRE, para uso com câmara, com no mínimo 8 PR, com 03 frisos na banda de rodagem, com profundidade do sulco de no mínimo 22mm, para uso dianteiro, aplicação em trator e implementos.	Unidade	45	R\$ 516,31	R\$ 23.233,95
94	PNEU 7.50/16, diagonal, AGRÍCOLA, F2 -	Unidade	53	R\$ 848,15	R\$ 44.951,95

	DIRECIONAL EIXO LIVRE, para uso com câmara, com no mínimo 10 PR, com 03 frisos na banda de rodagem, com profundidade do sulco de no mínimo 18mm, para uso dianteiro em trator.				
95	PNEU 7.50/16, radial, BORRACHUDO COMUM USO MISTO, com no mínimo 12 PR, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 116, índice de velocidade mínimo "G".	Unidade	167	R\$ 736,25	R\$ 122.953,75
96	PNEU 7.50/16, do tipo comum/convencional, BORRACHUDO, com no mínimo 10 PR, para uso com câmara, aplicação ônibus Marcopolo.	Unidade	98	R\$ 843,79	R\$ 82.691,42
97	PNEU 7.50/16, do tipo comum/convencional, LISO, para uso MISTO, com no mínimo 12 PR, para uso com câmara, aplicação ônibus Marcopolo.	Unidade	192	R\$ 857,38	R\$ 164.616,96
98	PNEU 900 - 16, AGRÍCOLA, para uso DIANTEIRO, com no mínimo 10 PR, para uso com câmara.	Unidade	19	R\$ 917,72	R\$ 17.436,68

Pneus Aro 16.5

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
99	PNEU 10 - 16.5, GARRA BAIXA, com no mínimo 10 lonas, com profundidade do sulco de no mínimo 14mm, do tipo L2, com índice de carga de no mínimo 2120 kg, índice de velocidade de 10km/h.	Unidade	53	R\$ 1.190,44	R\$ 63.093,32
100	PNEU 12 – 16.5, 12 PR, com profundidade do sulco de no mínimo 16mm, com constituição diagonal, com garra baixa para tração dianteira, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em retroscavadeiras.	Unidade	84	R\$ 1.346,81	R\$ 113.132,04

Pneus Aro 17

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
101	PNEU 215/50, R17, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 91, índice de velocidade mínimo "V".	Unidade	46	R\$ 491,36	R\$ 22.602,56
102	PNEU 215/60, R17, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 96, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	58	R\$ 664,32	R\$ 38.530,56
103	PNEU 225/65, R17, radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 102, índice de velocidade mínimo "H".	Unidade	56	R\$ 741,50	R\$ 41.524,00
104	PNEU 265/65, R17, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 112, índice de velocidade mínimo "T".	Unidade	25	R\$ 651,16	R\$ 16.279,00

Pneus Aro 17.5

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
105	PNEU 14 – 17.5, no mínimo 14 PR, com constituição diagonal, com garra baixa, com profundidade de sulco de no mínimo 24,5mm, para tração dianteira, com índice de carga de 3.800kgs, índice de velocidade de até 10 km/h, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em pá carregadeiras.	Unidade	25	R\$ 1.675,45	R\$ 41.886,25
106	PNEU 215/75 R17.5, no mínimo 16 PR, do tipo para uso MISTO, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 135/133, índice de velocidade mínimo “J”, utilização asfalto e estrada de chão, aplicação ônibus Marcopolo Volare V8.	Unidade	184	R\$ 764,33	R\$ 140.636,72
107	PNEU 215/75 R17.5, no mínimo 12 PR, do tipo radial, LISO, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 135/133, índice de velocidade mínimo “J”, utilização asfalto e estrada de chão, aplicação ônibus Marcopolo Volare V8.	Unidade	291	R\$ 1.225,50	R\$ 356.620,50
108	PNEU 215/75 R17.5, mínimo 12 PR, do tipo radial, BORRACHUDO, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 133/135, índice de velocidade mínimo “J”, utilização asfalto e estrada de chão, aplicação ônibus Marcopolo Volare V8.	Unidade	357	R\$ 688,84	R\$ 245.915,88
109	PNEU 215/75 R17.5, mínimo 12 PR, do tipo radial para uso misto, LISO, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 112, índice de velocidade mínimo “R”, com profundidade de sulco de no mínimo 13,4mm, utilização asfalto e estrada de chão.	Unidade	371	R\$ 662,00	R\$ 245.602,00
110	PNEU 235/75, R17,5, radial, BORRACHUDO, para uso com câmara, com profundidade de sulcos de no mínimo 10,3mm, com índice de carga mínimo 143/141, índice de velocidade mínimo “J”.	Unidade	113	R\$ 858,71	R\$ 97.034,23
111	PNEU 235/75, R17,5, radial, para uso misto, LISO, para uso com câmara, com profundidade de sulcos de no mínimo 10,3mm, com índice de carga mínimo 132/130, índice de velocidade mínimo “M”.	Unidade	88	R\$ 778,72	R\$ 68.527,36

Pneus Aro 18

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
112	PNEU 12.5/80, R-4, para tração 4X4, construção diagonal, garra baixa, com mínimo de 10 PR, com profundidade mínima de sulco de 24,5mm, índice de carga 2000 kg, para uso em solos duros e consistentes (serviços severos), uso em retroescavadeira.	Unidade	372	R\$ 1.577,00	R\$ 586.644,00
113	PNEU 265/60, R18, do tipo radial, para uso sem câmara, com índice de carga mínimo 110, índice de velocidade mínimo “T”.	Unidade	42	R\$ 844,16	R\$ 35.454,72

114	PNEU 7.50 – 18, diagonal, AGRÍCOLA, F2 - EIXO LIVRE DIRECIONAL, para uso com câmara, com no mínimo 8 PR, com 03 frisos na banda de rodagem, com profundidade dos sulcos de no mínimo 18,6mm, para uso dianteiro em trator.	Unidade	23	R\$ 827,50	R\$ 19.032,50
115	PNEU 90/90-18, para uso traseiro, com câmara, para uso em motocicleta.	Unidade	9	R\$ 221,70	R\$ 1.995,30

Pneus Aro 19.5

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
116	PNEU 285/70, R19,5, radial, EIXO LIVRE e DIRECIONAL, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com índice de carga mínimo 146/144, índice de velocidade mínimo "L".	Unidade	85	R\$ 1.493,35	R\$ 126.934,75

Pneus Aro 20

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
117	PNEU 9.00 – 20, COMUM, LISO, com no mínimo 14 PR, com profundidade de sulco de no mínimo 12mm, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 140/137, índice de velocidade mínimo "J".	Unidade	154	R\$ 1.812,25	R\$ 279.086,50
118	PNEU 9.00 - 20, COMUM, BORRACHUDO, para uso misto, com no mínimo 14 PR, com profundidade de sulco de no mínimo 18,5mm, para uso com câmara, com índice de carga mínimo 140/137, índice de velocidade mínimo "K".	Unidade	158	R\$ 1.629,50	R\$ 257.461,00
119	PNEU 1000/20, R20, BORRACHUDO, com no mínimo 16 PR, radial para uso misto, para uso sem câmara de ar, com profundidade de sulco mínima de 23mm, com índice de carga mínimo 146/143, para uso duplo, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	499	R\$ 2.009,50	R\$ 1.002.740,50
120	PNEU 1000/20, R20, LISO, com no mínimo 16 PR, RADIAL para uso MISTO, para uso sem câmara de ar, com profundidade de sulco mínima de 15mm, com índice de carga mínimo 146/143, para uso simples direcional, aplicação em Caminhões e Ônibus. Aplicação dianteira.	Unidade	246	R\$ 2.232,35	R\$ 549.158,10
121	PNEU 1000/20, R20, BORRACHUDO, com no mínimo 16 PR, COMUM para uso misto, para uso sem câmara de ar, com profundidade de sulco mínima de 14,5mm, com índice de carga mínimo 146/143, para uso duplo, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	319	R\$ 1.996,50	R\$ 636.883,50
122	PNEU 1000/20, R20, LISO, no mínimo 16 PR, COMUM para uso misto, para uso sem câmara de ar, com profundidade de sulco mínima de 12,5mm, com índice de carga mínimo 146/143, para uso simples direcional, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	165	R\$ 1.662,63	R\$ 274.333,95

Pneus Aro 22.5

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
123	PNEU 275/80, R22,5, radial, BORRACHUDO/MISTO, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com profundidade de sulcos de no mínimo 23mm, com índice de carga mínimo 149/146, índice de velocidade mínimo “K”, aplicação traseira em Caminhões e Ônibus.	Unidade	659	R\$ 2.116,94	R\$ 1.395.063,46
124	PNEU 275/80, R22,5, radial, LISO, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com profundidade de sulcos de no mínimo 18mm, com índice de carga mínimo 149/146, índice de velocidade mínimo “K”, aplicação eixo direcional em Caminhões e Ônibus.	Unidade	353	R\$ 2.276,25	R\$ 803.516,25
125	PNEU 275/80 R22,5, radial, BORRACHUDO, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com profundidade de sulcos de no mínimo 18mm, com índice de carga mínimo 149/146, índice de velocidade mínimo “K”, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	598	R\$ 1.598,92	R\$ 956.154,16
126	PNEU 275/80 R22,5, radial, para uso MISTO, BORRACHUDO, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com profundidade de sulcos de no mínimo 18mm, com índice de carga mínimo 149/146, índice de velocidade mínimo “K”, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	437	R\$ 1.620,20	R\$ 708.027,40
127	PNEU 295/80 R 22,5, tipo radial, MISTO, para uso com câmara, com no mínimo 16 PR, com profundidade de sulcos de no mínimo 19,5mm, com índice de carga mínimo 149/146, índice de velocidade mínimo “L”, para uso eixo livre e direcional, aplicação em Caminhões e Ônibus.	Unidade	359	R\$ 1.797,76	R\$ 645.395,84

Pneus Aro 24

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
128	PNEU 8.3 – 24, DIAGONAL, do tipo AGRÍCOLA, para uso DIANTEIRO, com no mínimo 8 PR, para uso com câmara.	Unidade	11	R\$ 828,20	R\$ 9.110,20
129	PNEU 9.5 – 24, DIAGONAL, R-1, AGRÍCOLA, para uso TRASEIRO, com no mínimo 10 PR, para uso com câmara.	Unidade	17	R\$ 1.101,17	R\$ 18.719,89
130	PNEU 12.4 - 24, DIANTEIRO R-1, no mínimo 8 PR, construção diagonal, com garra alta, com profundidade de sulco de no mínimo 34,9mm, para tração dianteira, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores, índice de carga mínimo 1200 kg.	Unidade	94	R\$ 1.823,35	R\$ 171.394,90
131	PNEU 12.4 – 24, TRASEIRO, modelo R1, com no mínimo 12 PR, com construção diagonal com garra baixa, para tração traseira, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores.	Unidade	92	R\$ 2.088,87	R\$ 192.176,04

132	PNEU 14.9 – 24, no mínimo 12 PR, com construção diagonal, R-2, com garra alta, com profundidade de sulco de no mínimo 34,9mm, para tração dianteira, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores.	Unidade	149	R\$ 2.450,70	R\$ 365.154,30
133	PNEU 1400 – 24, no mínimo 24 PR, para uso no eixo tração, com profundidade do sulco de no mínimo 25mm, do tipo L3/E3, com índice de carga de no mínimo 3.350kg, para uso com câmara, aplicação máquina de terraplanagem.	Unidade	259	R\$ 4.372,00	R\$ 1.132.348,00
134	PNEU 1400 – 24, no mínimo 16 PR, com construção diagonal, para uso no eixo tração, com profundidade do sulco de no mínimo 25,4mm, do tipo E2/G2, para uso com câmara, aplicação máquina de terraplanagem.	Unidade	467	R\$ 2.789,55	R\$ 1.302.719,85
135	PNEU 16.9 - 24, no mínimo 10 PR, com construção diagonal R-4, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores.	Unidade	53	R\$ 3.027,73	R\$ 160.469,69
136	PNEU 19.5 - 24, mínimo 12 PR, com construção diagonal R-4, com profundidade de sulco de no mínimo 27mm, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), aplicação tração retroescavadeiras.	Unidade	184	R\$ 3.012,30	R\$ 554.263,20

Pneus Aro 25

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
137	PNEU 17.5 – 25, GARRA BAIXA, com no mínimo 16 PR, para uso no eixo tração, com profundidade do sulco de no mínimo 25mm, do tipo L3/E3, com índice de carga de no mínimo 3.350kg.	Unidade	152	R\$ 3.526,73	R\$ 536.062,96
138	PNEU 17.5 - 25, mínimo 16 PR HRL D/L-3A, L3, 4S, TL, equivalente pneu Goodyear.	Unidade	245	R\$ 3.819,54	R\$ 935.787,30
139	PNEU 17.5 - 25, mínimo 16 PR, com construção diagonal, com índice de carga mínimo de 7300kg, para uso no eixo traseiro, com profundidade do sulco de no mínimo 24mm, do tipo G2/L2, para uso com câmara.	Unidade	319	R\$ 2.944,82	R\$ 939.397,58

Pneus Aro 26

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
140	PNEU 23.1 – 26, R-1, Agrícola, com construção diagonal, com no mínimo 16 PR, com índice de carga de no mínimo 3.650Kgs, para uso com câmara, equivalente Dyna Torque III, para uso em Rolo Compactador Vibratório.	Unidade	110	R\$ 5.669,23	R\$ 623.615,30
141	PNEU 23.1 – 26, R-3, TRASEIRO, com construção diagonal, com no mínimo 10 PR, para uso com	Unidade	51	R\$ 5.669,23	R\$ 289.130,70

	câmara, para uso em Rolo Compactador Vibratório.				
--	--	--	--	--	--

Pneus Aro 28

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
142	PNEU 14.9 – 28, R-1, no mínimo 8 PR, com constituição diagonal, com garra baixa, com profundidade de sulco de no mínimo 24,5mm, para eixo tração traseira, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores.	Unidade	37	R\$ 2.851,25	R\$ 105.496,25
143	PNEU 16.9 - 28, R-1, no mínimo 10 PR, para uso com câmara, com constituição diagonal, com profundidade de sulco de no mínimo 24,5mm, para uso em solos duros e consistente (serviços severos), para uso em tratores.	Unidade	49	R\$ 4.066,25	R\$ 199.246,25

Pneus Aro 30

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
144	PNEU 18.4 – 30, R-2, para uso com câmara, com no mínimo 10 PR, com profundidade de sulco de no mínimo 34mm, índice de carga de no mínimo 3160kgs.	Unidade	87	R\$ 3.718,92	R\$ 323.546,04
145	PNEU 18.4 – 30, R-1, para uso com câmara, com no mínimo 12 PR, com profundidade de sulco de no mínimo 34mm, índice de carga de no mínimo 3160kgs, aplicação tração traseira.	Unidade	114	R\$ 3.933,66	R\$ 448.437,24
146	PNEU 23.1 – 30, TRASEIRO, com no mínimo 12 PR, com índice de carga de no mínimo 3.375Kgs, para uso com câmara, aplicação tração traseira, para uso em Rolo Compactador Vibratório.	Unidade	41	R\$ 6.975,50	R\$ 285.995,50

Pneus Aro 34

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
147	PNEU 18.4 - 34, do tipo CONVENCIONAL, com no mínimo 12 PR, para uso com câmara.	Unidade	65	R\$ 4.132,23	R\$ 268.594,95
148	PNEU 18.4 - 34, com no mínimo 8 PR, índice de carga de no mínimo 2565Kgs, para uso com câmara, do tipo aplicação tração traseira.	Unidade	27	R\$ 4.625,94	R\$ 124.900,38
149	PNEU 18.4 - 34, R-2, para uso com câmara, com no mínimo 12 PR, índice de carga de no mínimo 3375Kgs, aplicação tração traseira.	Unidade	67	R\$ 6.326,50	R\$ 423.875,50

Protetores

Item	Descrição dos itens	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
150	PROTETOR ARO 16	Unidade	131	R\$ 37,67	R\$ 4.934,77
151	PROTETOR 750 – 16	Unidade	198	R\$ 35,50	R\$ 7.029,00
152	PROTETOR ARO 17,5	Unidade	153	R\$ 184,60	R\$ 28.243,80
153	PROTETOR 12.5 – 18	Unidade	88	R\$ 336,50	R\$ 29.612,00
154	PROTETOR ARO 20	Unidade	166	R\$ 63,19	R\$ 10.489,54
155	PROTETOR 9.00 – 1000/20	Unidade	362	R\$ 64,53	R\$ 23.359,86
156	PROTETOR ARO 22	Unidade	66	R\$ 56,85	R\$ 3.752,10
157	PROTETOR ARO 24	Unidade	160	R\$ 95,30	R\$ 15.248,00
158	PROTETOR 14.00 – 24	Unidade	318	R\$ 97,51	R\$ 31.008,18
159	PROTETOR ARO 25	Unidade	155	R\$ 264,18	R\$ 40.947,90
160	PROTETOR 17.5 - 25	Unidade	246	R\$ 224,76	R\$ 55.290,96

1.2 Os produtos ofertados na licitação devem estar em conformidade com as normas e padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT/NBR, do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

1.3 Todos os produtos fornecidos na licitação deverão ser **Novos e de 1ª Linha**, não podendo ser remanufaturados, remoldados e/ou recapados;

1.4 Todos os itens fornecidos na licitação deverão estar em conformidade com a Etiqueta do INMETRO, sendo na classificação de aderência/frenagem até a **letra “D”**, visando a segurança no uso do produto;

1.5 Visando o interesse público, a economicidade, a segurança, a eficiência, principalmente a durabilidade dos itens, os licitantes interessados em participar do certame, deverão ofertar produtos novos, de boa qualidade, equivalentes as marcas: **(Bridgestone, Firestone, Goodyear, Maxion, Pirelli, Anteo, Michelin, Titan, Continental, Dunlop, Rinaldi e Prometeon)**.

2 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 A responsabilidade pela condução do presente processo licitatório, bem como pelo gerenciamento da ata de registro de preços cabe ao Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO, que é o órgão gerenciador da licitação.

2.2 A responsabilidade pelos contratos que da ata de registro de preços decorrerem, bem como pela solicitação, recebimento, fiscalização, pagamentos e controle das aquisições dos **Materiais Odontológicos** caberá a cada órgão participante.

2.3 Os municípios consorciados, na condição de órgãos participantes da licitação são: **Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Unistalda.**

3 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação com o fornecedor será formalizada pelo município participante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme Lei 14.133/2021.

3.2 O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitida de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços.

3.2.1 Em caso de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora fica obrigada a manter o valor e entrega dos materiais solicitados pelos municípios participantes do processo até a data de solicitação.

3.3 A emissão do(s) empenho(s) será(ão) realizada diretamente pelos órgãos participantes do presente certame, cabendo a estes o controle de prazos de entrega, recebimento dos materiais, bem como, conferência, liquidação e pagamento.

3.4 Na nota de empenho constará, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o(s) item(ns) adquirido(s), a(s) quantidade(s), o(s) valor(es), (o) local(ais), dia(s) e horário(s) para entrega, bem como, o contato (telefone e e-mail) do(s) responsável(eis) pelo pedido/ordem de fornecimento do Município requisitante.

3.5 Caso necessário, o município contratante deverá informar, também na nota de empenho, os dados referentes ao Farmacêutico (CRF) responsável.

4 DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 A solicitação do material será realizada conforme necessidade de cada município participante. A **entrega** do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias corridos** contados do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da ordem de compra/empenho, mediante agendamento prévio através dos telefones dos municípios que solicitaram o produto, no local especificado pelos mesmos.

4.2 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será atendido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

4.3 Junto dos produtos, deverão ser entregues os laudos técnicos de controle de qualidade do fabricante, para os itens que couber, bem como a declaração de compromisso de coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), nos termos da legislação vigente;

4.4 Poderão ocorrer pedidos com entregas parceladas conforme a necessidade dos municípios.

4.5 O local de entrega será especificado no instrumento contratual ou ordem de compra/empenho, ficando expressamente proibida a entrega em local diverso ao especificado.

4.6 Correrá por conta do fornecedor qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

4.7 As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

4.8 Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais,

cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado ao setor competente para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(is).

4.9 A não substituição do material em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa, conforme prevê o **item 8** deste instrumento.

4.10 Os custos para que sejam substituídos os materiais rejeitados correrão exclusivamente às expensas do fornecedor.

4.11 O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do pregão.

4.12 O prazo de garantia dos produtos, deverá ser de pelo mínimo de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para os pneus; e para as câmaras e protetores com garantia mínima de 3 (três) anos, no momento da data de entrega (Nota Fiscal).

4.13 Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará a troca imediata, parcial ou total, do produto entregue que não tenha qualidade, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis

5 DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento só será efetuado quando o fornecedor realizar a entrega total dos itens relacionados na nota de empenho.

5.2 O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias consecutivos**, contados da data da liberação da nota fiscal para os municípios.

5.3 O CNPJ do fornecedor constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.4 Deverão constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº da conta), bem como o número do empenho correspondente.

5.5 A empresa vencedora, deverá observar as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e demais legislações, para fins de retenção de imposto de renda.

5.6 O pagamento será efetuado pelo município, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do edital e seus anexos, obriga-se, ainda, o fornecedor a:

a) Efetuar a **entrega** do objeto licitado conforme estabelecido no instrumento.

b) Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) com força de trabalho própria e a suas expensas.

c) Garantir a entrega dos materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

- d)** Substituir os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias e exigidas estabelecidas neste instrumento.
- e)** Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.
- f)** Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-la de acordo com as especificações e instruções deste instrumento, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.
- g)** Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, bem como despesas com transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- h)** Cumprir rigorosamente com o disposto neste instrumento.
- i)** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.
- j)** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DE SUA FISCALIZAÇÃO

7.1 As entregas dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento quanto à descrição dos itens serão fiscalizados pelos municípios, através do responsável técnico, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando o fornecedor a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

7.2 Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará os municípios e terão as seguintes atribuições e obrigações:

- a)** receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta apresentada, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.
- b)** assegurar ao fornecedor acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.
- c)** agir e decidir em nome do Município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações ou quantidades solicitadas.
- d)** comunicar oficialmente ao fornecedor quanto à rejeição do(s) produto(s).
- e)** certificar a nota fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.
- f)** exigir do fornecedor o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- g)** sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pelo fornecedor, de condições previstas neste instrumento.

h) transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, ao fornecedor, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

i) abrir Processo Administrativo Especial - PAE contra o fornecedor que descumprir o contrato/ata visando provar a responsabilidade do mesmo, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, e, ao final, concluído o expediente, caso constatada a irregularidade, encaminhar relatório conclusivo ao CIRC para a aplicação de penalidade.

j) no exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmo julgados necessários.

8 DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1 O recebimento, bem como a fiscalização dos produtos será efetuado por servidor(es) designado(s) pelo município solicitante. Se verificada desconformidade dos mesmos em relação às especificações exigidas anteriormente no edital, a licitante vencedora, por determinação do município, deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO, COM CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

A Licitante acima qualificada, para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, instaurado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CI/CENTRO, **DECLARA** que:

- a) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, **conforme disposto no Inciso XXXIII, do Art. 7º da CF/88.**
- b) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- c) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firma o presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBSERVAÇÃO: AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA EMPRESA OU COM O CARIMBO DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS – CNPJ.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026, instaurado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CI/CENTRO, que somos _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBSERVAÇÃO: AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA EMPRESA OU COM O CARIMBO DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - CNPJ

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA****IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:**

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO COMPLETO, COM CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR):

Item	Descrição do objeto	Unidade	Apresentação *	Marca	Qtd.	Unit. (R\$)	Total (R\$)

*Relação de quantidades por embalagem, tendo em vista a impossibilidade de fracionamento, conforme RDC nº 80/06.

Notas:

- 1) Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega.
- 2) O prazo de validade não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- 3) Deverá conter especificação e/marca completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBSERVAÇÃO: AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA EMPRESA OU COM O CARIMBO DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS – CNPJ.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 - REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026**

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR E PROTETORES NOVOS E DE 1ª LINHA, para os municípios consorciados na condição de órgãos participantes da licitação **Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Unistalda**, de acordo com os quantitativos estimados durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, o Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS - CI/CENTRO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lamartine Souza, nº 68, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Santa Maria/RS, inscrito no CNPJ sob o nº 94.446.804/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ivori Antonio Guasso Junior, brasileiro, Administrador de Empresas, inscrito no CPF sob nº xxx.xxx.xxx-xx e portador do RG nº xxxxxxxxxxxx e a empresa devidamente qualificada **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxx-xx, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr(a). _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____, a seguir denominada simplesmente fornecedor, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo nº 028/2026, Registro de Preços, que julgou proposta deste como mais vantajosa e na qual as partes encontram-se vinculadas, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Registro de preços para aquisição de Materiais Odontológicos, de acordo com a descrição e com os quantitativos estimados durante o prazo de validade da ata de registro de preços, com as características descritas abaixo:

Item	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Apresentação	Marca	Qtd.	Unit. (R\$)	Total (R\$)

§ 1º Os produtos ofertados na licitação devem estar em conformidade com as normas e padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT/NBR, do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

§ 2º Todos os produtos fornecidos na licitação deverão ser **Novos e de 1ª Linha**, não podendo ser remanufaturados, remoldados e/ou recapados;

§ 3º Todos os itens fornecidos na licitação deverão estar em conformidade com a Etiqueta do INMETRO, sendo na classificação de aderência/frenagem até a **letra “D”**, visando a segurança no uso do produto;

§ 4º Visando o interesse público, a economicidade, a segurança, a eficiência, principalmente a durabilidade dos itens, os licitantes interessados em participar do certame, deverão ofertar produtos novos, de boa qualidade, equivalentes as marcas: **(Bridgestone, Firestone, Goodyear, Maxion, Pirelli, Anteo, Michelin, Titan, Continental, Dunlop, Rinaldi e Prometeon)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

Os preços registrados nesse processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da presente ata, podendo ser prorrogado a critério da administração, do interesse público e conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço para o fornecimento do objeto é o constante da CLÁUSULA PRIMEIRA, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto desta ata.

CLÁUSULA QUARTA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

A responsabilidade pela condução do presente processo licitatório, bem como pelo gerenciamento da ata de registro de preços cabe ao Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS – CI/CENTRO, que é o órgão gerenciador.

§ 1º A responsabilidade pelos contratos que da ata de registro de preços decorrerem, bem como pela solicitação, recebimento, fiscalização, pagamentos e controle das aquisições dos Pneus, Câmaras de Ar e Protetores caberá a cada órgão participante.

§ 2º Os municípios consorciados, na condição de órgãos participantes da licitação são: *Agudo, Cacequi, Dilermando de Aguiar, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi e Unistalda.*

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

§ 1º A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

§ 2º A contratação com os fornecedores será formalizada pelo município participante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme Lei 14.133/2021.

§ 3º O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a emissão da ordem de compra/empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços.

§ 4º O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução ou aumento dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei 14.133/2021, mediante a devida comprovação.

§ 1º O registro do fornecedor será cancelado, quando:

I) descumprir as condições da ata de registro de preços;

II) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

III) sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021.

§ 2º O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 3º O item registrado poderá ser cancelado caso não haja êxito nas negociações entre o órgão gerenciador e o fornecedor, por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I) por razão de interesse público; ou

II) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A solicitação do material será realizada conforme necessidade de cada município participante. A **entrega** do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de **até 15 (quinze) corridos** contados do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da ordem de compra/empenho, mediante agendamento prévio através dos telefones dos municípios que solicitaram o produto, no local especificado pelos mesmos.

§ 1º O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.

§ 2º Junto dos materiais deverão ser entregues os laudos técnicos de controle de qualidade do fabricante.

§ 3º Poderão ocorrer pedidos com entregas parceladas conforme a necessidade do município.

§ 4º O local de entrega será especificado na ordem de compra/empenho, ficando expressamente proibida a entrega em local diverso ao especificado.

§ 5º Correrá por conta do fornecedor qualquer prejuízo causado em decorrência do transporte e do descarregamento.

§ 6º As despesas decorrentes de frete, seguro e demais encargos e tributos competem exclusivamente ao fornecedor.

§ 7º Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado ao setor competente para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(is).

§ 8º A não substituição do material em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa, conforme prevê a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.

§ 9º Os custos para que sejam substituídos os materiais rejeitados correrão exclusivamente às expensas do fornecedor.

§ 10 O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do pregão.

§ 11 O prazo de garantia dos produtos, deverá ser de pelo mínimo de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação para os pneus; e para as câmaras e protetores com garantia mínima de 3 (três) anos, no momento da data de entrega.

§ 12 Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital, na Ata de Registro de Preços ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR efetuará a troca imediata, parcial ou total, do produto entregue que não tenha qualidade, e se responsabilizará por eventuais danos e prejuízos causados pelo mesmo, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O fornecedor garante que o objeto será executado no prazo e qualidade contidos no processo licitatório, nas quantidades solicitadas, na respectiva nota de empenho e no presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DO PAGAMENTO

§ 1º O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

§ 2º A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

§ 3º O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita no prazo de 20 (vinte) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

§ 4º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

§ 5º O pagamento só será efetuado quando o fornecedor realizar a entrega total dos itens relacionados na nota de empenho.

§ 6º O pagamento será efetuado em **até 15 (quinze) dias consecutivos**, contados da data da liberação da nota fiscal para os municípios.

§ 7º O CNPJ do fornecedor constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

§ 8º Deverá constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº da conta), bem como o número do empenho correspondente.

§ 9º O pagamento será efetuado pelo município, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o Art. 2º, § 1º da Lei 10.192/2001.

§ 1º De acordo com a previsão da Lei 14.133/2021, fica ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência das condições de mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser encaminhado pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente fundamentado e justificado, ou seja, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias-primas, notas fiscais ou de outros documentos julgados necessários, demonstrando de maneira clara e inequívoca o pedido.

§ 2º Em caso de apresentação e de indeferimento de pedido de realinhamento de preço registrado, via requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor **permanece obrigado** a cumprir as disposições da ata de registro de preços, tendo que manter o fornecimento dos produtos.

§ 3º O indeferimento do pedido de reequilíbrio não será causa de desclassificação do licitante/fornecedor no certame.

§ 4º Em caso de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora fica obrigada a manter o valor e entrega dos materiais solicitados pelos municípios participantes do processo até a data de solicitação.

§ 5º Ao licitante/fornecedor que descumprir a ata poderão ser aplicadas todas as penalidades previstas na Lei 14.133/2021, e, especificamente: advertência, multa, estipulada em 10% sobre o valor registrado, suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo de até 2 (dois) anos, tudo limitado ao âmbito do Consórcio e constatado através de expediente administrativo no qual seja oportunizada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do edital e seus anexos, obriga-se, ainda, o fornecedor a:

I) Efetuar a **entrega** do objeto licitado conforme estabelecido na CLÁUSULA SÉTIMA deste instrumento.

II) Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) com força de trabalho própria e a suas expensas.

III) Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

IV) Substituir os produtos que, no ato da entrega, estiverem com suas embalagens violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias e exigidas estabelecidas neste instrumento.

V) Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

VI) Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-la de acordo com as especificações e instruções deste instrumento, sendo que o transporte até o local de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem

deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

VII) Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, no local e quantidades indicadas dos objetos adjudicados, bem como despesas com transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

VIII) Cumprir rigorosamente com o disposto nesta ata.

IX) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

X) Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao município ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DE SUA FISCALIZAÇÃO

As entregas dos produtos e o cumprimento do disposto neste instrumento quanto à descrição dos itens serão fiscalizados pelos municípios, através do responsável técnico, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando o fornecedor a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

§ 1º Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará os municípios e terão as seguintes atribuições e obrigações:

I) receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta apresentada, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc.

II) assegurar ao fornecedor acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria.

III) agir e decidir em nome do município, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações ou quantidades solicitadas.

IV) comunicar oficialmente ao fornecedor quanto à rejeição do(s) produto(s).

V) certificar a nota fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado.

VI) exigir do fornecedor o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

VII) sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pelo fornecedor, de condições previstas neste instrumento.

VIII) transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, ao fornecedor, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento.

IX) abrir Processo Administrativo de Responsabilização - PAR contra o fornecedor que descumprir o contrato/ata visando provar a responsabilidade do mesmo, oportunizando a ampla defesa e o contraditório, e, ao final, concluído o expediente, caso constatada a irregularidade, encaminhar relatório conclusivo ao CIRC para a aplicação de penalidade.

X) no exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pela mesma julgados necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas o fornecedor sujeitar-se-á às seguintes sanções além das responsabilidades por perdas e danos, observados os princípios da ampla defesa e contraditório, em regular processo administrativo sob responsabilidade do município solicitante (adquirente dos produtos), através de sua comissão competente:

I) **Multas administrativas**, após regular processo administrativo (movido pelo município e/ou Consórcio), a critério dos mesmos:

a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;

b) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 5% (cinco por cento) sobre o valor total do produto e/ou parcela mensal do contrato;

c) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

II) **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração**, após regular processo administrativo:

a) por atraso injustificado na execução do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 3 (três) meses;

b) por inexecução total ou parcial injustificada do contrato/ordem de compra/autorização de fornecimento: até 2 (dois) anos.

III) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

§ 1º As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

§ 2º Da abertura de processo administrativo para aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

§ 3º Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS CONSORCIADOS NÃO PARTICIPANTES

Desde que justificada a vantagem, a(s) Ata(s) de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão consorciado (município consorciado) que não tenha participado do certame

licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (Consórcio).

§ 1º Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata, deverão consultar o órgão Gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro (2x) do quantitativo de cada item registrado na ata para os órgão participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO AMPARO LEGAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A lavratura da presente ata decorre da realização de pregão, realizado com fundamento na Lei nº 14.133/21, Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 11.462/23, Lei nº 11.107/05, Lei Complementar nº 123/06 e Lei nº 8.078/90.

§ 1º A execução desta ata, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma, da Lei nº 14.133/2021 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro de Santa Maria/RS, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preços, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

XXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Presidente do Consórcio

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa fornecedora